

BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!

FERREIRA, C. A. J. G.¹; ALVES, M. G.²; FERRONI, E.T.³

¹ Graduado em Direito, cursando especialização em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail do autor: carlosgaldino.br@gmail.com

² Mestre em Biotecnologia pela UFSCar. Bacharel em Direito. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Unisul. Professor de Direito de Família e Sucessões no Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – (IMMES) – Matão (SP) – Brasil

³ Mestre em Direito - Instituição Toledo de Ensino. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos (1999). Pesquisador Institucional e professor titular do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior. Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior.

RESUMO

A educação não está à margem do que ocorre na sociedade e sim dentro do mesmo contexto. Ao mesmo tempo em que é influenciada por fatores sociais e políticos a educação propicia o surgimento de novas ideias que serão a base de todas as mudanças da sociedade, num ciclo constante. A compreensão da educação está intrinsecamente associada a fatores sociológicos, que abarcam a noção de pátria e povo bem como ao contexto mundial de globalização que rompeu fronteiras e distância, exigindo uma visão atual que vá além da esfera nacional.

Palavras-Chave: Brasil; Pátria; Povo; Globalização; Educação.

INTRODUÇÃO

O tema trazido à baila, tem como chamamento o mote do segundo mandato da presidente do Brasil Dilma Rousseff, que tem início no ano de 2015 e previsão de término para 2018. Conforme o discurso de posse da presidente, a ideia gira em torno das prioridades, ou seja, a educação seria a “prioridade das prioridades”. Ainda em seu pronunciamento, a

presidente apontou desafios que persistem há anos no Brasil, como a universalização do ensino, a alfabetização na idade certa, a reformulação do ensino médio e afirmou: Brasil, pátria educadora!

Mas o que é o Brasil? O que é pátria? O que é educação? Para que uma pátria educadora?

São essas as questões que motivaram a elaboração do presente trabalho, que, longe de objetivar respostas absolutas, tem o objetivo de trazê-las à reflexão através de um trabalho de pesquisa e de revisão bibliográfica.

2. O BRASIL, A PÁTRIA E O POVO BRASILEIRO

O Brasil é oficialmente chamado de República Federativa do Brasil, sendo o quinto maior do mundo em área territorial e o maior país da América Latina. Tem uma população na ordem de mais de 204 milhões de habitantes. É o único território na América onde se fala majoritariamente a língua portuguesa, sendo delimitado, a leste, pelo oceano atlântico e a oeste por vastas áreas de terras habitadas por povos de língua hispânica. Sua configuração territorial atual é fruto de conquistas e tratados diplomáticos.

Mas o Estado não é só um território físico. Para ser considerado como tal, precisa de um território, de um conjunto de instituições que o controlam e o administram e de uma população.

Já a nação é um conceito sociológico, ou seja, refere-se a grupos de pessoas ligadas pela mesma origem, pela mesma história, pela mesma religião. Em diversas partes do planeta existem nações reivindicando um território para a constituição de uma pátria, pois elas habitam países onde a nação predominante é outra. Esses grupos, compostos por indivíduos que apresentam características históricas, religiosas, culturais, entre outros elementos em comum, solicitam um território próprio para constituírem uma unidade administrativa autônoma e reconhecida pela comunidade internacional. Entre as principais nações nessa situação estão os curdos, os palestinos, os tibetanos, os bascos e os chechenos.

No entanto, pátria não é um conceito jurídico, é um sentimento, é emoção. Para que exista uma pátria, há necessidade de um Estado e que ocorra a agregação dos valores das pessoas.

Por consequência do acima exposto, é possível uma nação sem território, porém, um simples território ou o território somado ao Estado, jamais será uma pátria, se não houver o sentimento de pertencer entre seus habitantes, uma agregação de valores e sentimentos.

Então o Brasil como pátria, nos termos do lema do governo, só o poderia ser em razão do seu povo. Mas o Brasil é realmente uma pátria? Quem é o povo brasileiro?

Buscar respostas sobre o povo brasileiro, passa pela revisão da obra “O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil”, de Darcy Ribeiro, primoroso estudo e talvez o único realmente aprofundado do homem que habita o Brasil.

De início, Darcy Ribeiro rompe o mito da integração racial pacífica. Em seus estudos Darcy Ribeiro descobriu que a unidade nacional resultou de um processo continuado e violento de unificação política, alcançado através de um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e da repressão a toda tendência separatista.

Reportando-se ao tempo do que ele chama de “achamento” do Brasil, Darcy Ribeiro escreve:

Era a humanidade mesma que entrava noutra instância de sua existência, na qual se extinguiram milhares de povos, com suas línguas e culturas próprias e singulares, para dar nascimento às macroetnias maiores e mais abrangentes que jamais se viu. O motor dessa expansão era o processo civilizatório que deu nascimento a dois Estados nacionais: Portugal e Espanha:

[...] Eles se davam ao luxo de propor-se motivações mais nobres que as mercantis, definindo-se como os expansores da cristandade católica sobre os povos existentes e por existir além-mar. Pretendiam refazer o orbe em missão salvadora, cumprindo a tarefa suprema do homem branco, para isso destinado por Deus: juntar todos os homens numa só cristandade, lamentavelmente dividida em duas caras, a católica e a protestante. (1995, p.39)

Quando da chegada nas terras brasileiras, os lusitanos demonstraram a presunção de possuírem uma cultura superior aos nativos:

[...]aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se nesse mundo só lhes coubesse viver.” (DARCY, 1995, p.45)

E foram logo extirpando as identidades das nações indígenas que aqui ocupavam, fazendo-as subservientes e reprimidas, utilizando-as como mão de obra nos afazeres “menos nobres”.

Aos africanos não restou melhor sorte. Os portugueses também por lá desembarcaram e, senhorios de seus desígnios, subjugaram as nações que encontraram. Como se fossem peças, foram levados a outros territórios onde suas habilidades poderiam servir como mão de obra melhor que aquelas por lá encontradas. Assim, também para o Brasil foram trazidos africanos, já que os indígenas não possuíam todas as características desejadas pelos dominadores.

A nação indígena e os povos africanos foram desconstruídos no Brasil dominado pelos portugueses e alguns outros povos europeus. Conforme Darcy Ribeiro, houve a substituição da sociedade fundada no parentesco, por outras formas de estruturação social, que bipartiu a sociedade em componentes rurais e urbanos e a estratificou em classes antagonicamente opostas umas às outras. Também, houve a integração de todos os núcleos locais em uma estrutura sociopolítica única, que tinha como classe dominante um patronato de empresas e uma elite dirigente.

Posteriormente, com os ideais democráticos fomentados pelos burgueses europeus - pessoas não nobres que possuíam capital gerado em razão das novas tecnologias que promoviam um excedente produtivo – os povos europeus passaram a imigrar em busca de novas oportunidades. Parte deste “excedente populacional europeu” desembarcou voluntariamente no Brasil.

Ressalta-se que os povos europeus não tiveram suas identidades e valores subjogados e firmaram-se em diversas regiões do Brasil, onde, até a presente data, são encontradas suas influências de forma exacerbada, no entanto, por encontrarem uma sociedade estruturada em todo território nacional, sua única opção foi a integração cultural e, em razão dela, a paulatina miscigenação.

A miscigenação cultural e também biológica, segundo Darcy Ribeiro, ocasionou a gestação étnica do brasileiro. Assim, conforme referido autor, há em nosso povo os índios, os africanos, os brancos, os mestiços e os novos imigrantes. Contudo, o Brasil ainda mantém a estrutura social e cultural arcaica, onde as classes dirigentes são representantes locais de um

poder externo, outrora colonial e agora imperialista e em razão desta característica, a elite econômico-financeira do Brasil não se sente responsável pelo destino da população que, a seus olhos, não constitui um povo, mas uma mera força de trabalho:

[...] Não há, nunca houve aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente. (DARCY, 1995, p.452)

Daí a pensar que o povo brasileiro ainda não possui sua pátria, já que falta uma ligação de sentimentos e valores entre esse povo e seu Estado. É preciso redescobrir os valores e culturas; suprimir o “complexo de vira-latas” estrategicamente impingido por aqueles que desejam manipular as massas e apresentar um projeto de desenvolvimento da pátria brasileira com fulcro nas suas reais vocações, habilidades, anseios e sentimentos. O Brasil não deve simplesmente servir de mercado consumidor de outras culturas. A educação, nesse viés, tem papel importantíssimo, mormente se desenvolver a criticidade das pessoas.

3. A NOVA ORDEM MUNDIAL - GLOBALIZAÇÃO

Muito se fala na nova ordem mundial chamada popularmente de “globalização”. Quando assim é dito, parece que ocorreu um fenômeno e que em um determinado momento passou a ocorrer a plena interação social, econômica e cultural entre os diversos países.

Na verdade, a globalização é um processo e como tal está em desenvolvimento e transformação. Este processo vem ocorrendo há séculos e não está terminado, porém o que vemos atualmente é um incremento muito rápido dessa interação, em razão do desenvolvimento dos meios de transporte, da ciência e da comunicação. Aliás, o grande desenvolvimento da comunicação permitiu que grande parte da população mundial percebesse o processo em andamento.

Essa percepção se dá pela influência que uma cultura passa a ter sobre outra impulsionada pelo trânsito cada vez maior de pessoas e de informações entre diversos povos.

A globalização é fruto do capitalismo. A palavra capitalismo está ligado a uma denominação, porém o conceito político-econômico é o liberalismo.

Longe de apresentar um estudo aprofundado a respeito da globalização, posto que não é o foco da presente pesquisa, porém no afã de apresentar e relacionar a ordem político-econômica vigente com a educação, urge a necessidade de uma breve explanação.

Há cerca de cinco séculos atrás o avanço tecnológico atingiu um excedente produtivo e então uma nova forma de pensar foi ganhando espaço. Se antes a produção mal dava para sobrevivência, a expansão tecnológica de forma progressiva permitiu que a produção de alguns produtos fosse excedente, fomentando a troca entre os produtores e aqueles que necessitavam dos produtos. Esta troca gerou riqueza e então um grupo de pessoas passou a deter capital econômico. No afã de garantir seus privilégios, pouco a pouco essas pessoas foram formando uma rede por trás dos impérios e inculcando a idéia de que seriam legítimos os bens privados e a irrestrita liberdade de comércio, com o principal objetivo de adquirir lucro.

Então, outrora a ordem mundial tinha somente imperadores e toda riqueza produzida em suas terras a eles pertenciam. Depois, com a expansão tecnológica, a ordem mundial passou a ter além dos imperadores, os empresários e toda riqueza produzida a eles pertenciam. Era o chamado “liberalismo”.

Mais recentemente, tendo como marco a grande “depressão de 1930”, iniciou-se o “neoliberalismo” caracterizado pela diminuição do Estado, a valorização da economia de mercado aberto, bolsas, privatizações, desregulamentações, ou seja, a “financeirização”. Assim, atualmente, a riqueza não está mais somente na produção de bens, mas também na mera especulação do mercado. Agora, além dos imperadores, dos empresários, temos os investidores, e toda riqueza produzida a eles pertencem.

O trágico-cômico desta simples explanação é concluir que a riqueza sempre foi e é concentrada nas mãos de poucas pessoas, ou seja, de imperadores, empresários ou investidores. A transição para o capitalismo não foi o suficiente para que os ideais do Iluminismo, que serviram e ainda servem como justificativa para sua imposição, a saber, liberdade, igualdade e a fraternidade, fossem, de fato, aplicados.

A globalização, vista, então, como a expansão do capitalismo, vem “quebrando” as fronteiras físicas dos Estados. Antes se buscavam territórios e dominações diretas sobre seus povos. Hoje, buscam-se mercados e, portanto, a dominação indireta de seus povos. Para

tanto, na atual ordem mundial, os empresários e os investidores buscam o enfraquecimento do Estado para alcançar o maior número de pessoas potencialmente produtoras de riqueza. O enfraquecimento dos Estados aumentou a interação entre os diferentes povos, gerando um novo estamento social transnacional.

O Estado brasileiro aderiu a esta ordem econômica e cada vez mais o povo brasileiro vem sofrendo influências externas, algumas para o bem e outras para o mal, o que cada vez mais afasta o conceito de pátria brasileira. Essa adesão incondicional da classe dirigente impôs ao povo brasileiro limitações de difícil superação, posto que não foi precedida do devido preparo, deixando as pessoas à mercê do humor dos investidores.

Do ponto de vista educacional, a globalização valoriza o conhecimento voltado para o mercado. Assim, atualmente há grande especificidade do conhecimento ministrado e a prevalência da certificação sobre os saberes, já que o capital migra conforme maior o lucro e para tanto há necessidade da submissão cultural dos povos, reduzindo suas perspectivas conforme suas viabilidades econômicas.

4. A EDUCAÇÃO

A educação é um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da qual o Brasil é signatário, conforme segue:

Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

§2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

§3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Assim, a universalização do ensino básico e gratuito tornou-se impositiva para o Brasil. Considerando que a educação não era prioridade sequer no discurso político até 1932, quando a elite intelectual capitaneada por Anísio Teixeira promoveu o “Manifesto dos

Pioneiros” a favor da educação para todos, é de se admitir que o Brasil apresentou avanços nessa área.

Óbvio que a meta de universalizar a educação não foi alcançada, já que mais uma vez é apresentada no discurso da presidente Dilma como objetivo a ser atingido, contudo, os índices de analfabetismo caíram, apesar de alarmantes.

Conforme divulgado em todas as mídias pela UNESCO no ano de 2014, o índice de analfabetismo no Brasil está em 8,6% da população acima dos 15 anos de idade, totalizando cerca de 12,9 milhões de pessoas.

Além do analfabetismo absoluto, temos que considerar o funcional, ou seja, apesar do indivíduo saber ler e escrever ele não consegue fazer as necessárias interpretações. Na verdade, nessa situação, o sujeito não se apropria do conhecimento, apenas reproduz a instrução, motivo pelo qual não compreende totalmente os signos e conseqüentemente não desenvolve as devidas abstrações. O analfabetismo funcional atinge, segundo os índices oficiais, 17,8% da população (IBGE/Pnad).

Assim, o Brasil tem pelo menos 26,4% da população acima de 15 anos de idade analfabeta. Se considerarmos que a população de 0 a 9 anos, está na casa de 29 milhões de pessoas, e que de 10 a 19 anos, está na casa de 45 milhões (IBGE-Censo demográfico de 2010), vemos que o analfabetismo, seja ele absoluto ou funcional, atinge índices alarmantes na população adulta.

Então, o discurso da presidente que coloca a educação como a prioridade das prioridades, se coaduna com a realidade brasileira. Mas aí mora mais um grande dilema: de qual educação se está falando? Que cidadão a sociedade pretende formar?

A educação tem sido constantemente abordada como aquela praticada nas instituições de ensino, no entanto, a educação ocorre a todo momento, já que se trata de um processo contínuo de assimilação e aplicação de conhecimentos.

Há uma supervalorização da educação formal em detrimento das outras formas de se educar. Mais uma vez, até quando se fala em educação, o povo brasileiro é visto como “mercado consumidor”, já que a certificação passou a ser mais importante que o conhecimento. Aliás, tal situação é impulsionada pelo capitalismo globalizado atual.

Seria óbvio concluir que a certificação atribuiria titulação ao conhecimento adquirido, mas, o que vemos na prática, é a certificação em massa sem o correspondente conhecimento assimilado. O mercado local, para se adequar às exigências dos mercados internacionais, exige a certificação da escolaridade para ingresso no trabalho e assim o poder público passou a aumentar a oferta de escolas e de formas de ensino, sem o correspondente investimento financeiro, transformando as escolas públicas em locais decadentes e sem motivação, tanto para docentes quanto para discentes.

Esse ciclo perverso, de aumento de ingresso, pouco investimento, escolas decadentes, falta de motivação, pouco conhecimento adquirido, leva a grande parte da população a concluir que tem que ir a uma escola somente para conseguir o certificado para poder trabalhar, ou seja, receber uma instrução básica, desprezando qualquer intenção de promover o conhecimento e a criticidade.

Por clamor daqueles que dispõem de recursos financeiros e que não estão satisfeitos com o ensino promovido pelo Estado, o mesmo governo autoriza cada vez mais o ensino praticado pela iniciativa privada, onde, em boa parte das instituições de ensino, a lógica perversa acima apontada é “quebrada” com largos investimentos financeiros e motivacionais, permitindo ao ingressante a busca do conhecimento como forma de progredir nos estudos.

Temos então duas realidades: o ensino promovido para atender as necessidades do mercado e o ensino promovido para o conhecimento. No primeiro, mede-se a viabilidade do sujeito quanto sua empregabilidade e seu poder de consumo. No segundo, sua criticidade e seu poder de intervenção na realidade social, trazendo novas tecnologias, forma de pensamento e cultura.

Ainda vige com muita intensidade a “teoria do capital humano”, mesmo que apresentada com outra roupagem através do neoliberalismo, onde, em síntese, o indivíduo é responsável por seu próprio sucesso e deve se preparar se quiser alguma mudança social. Conforme tal concepção, mais estudo propicia mais produção e conseqüentemente mais ganho econômico, que, por sua vez, leva a mobilidade social. Portanto, a educação seria a redentora dos males da sociedade e cada indivíduo poderia fazer sua própria sorte.

Tal argumentação, ideologicamente incentivada pelo regime republicano-capitalista, poderia ter alguma validade se a sociedade realmente fosse aberta e se todos partissem de um ponto igual, com oportunidades iguais e se a lógica do capitalismo seguisse o racionalismo e a meritocracia.

Pierre Bourdieu, autor de notável prestígio e referência na sociologia moderna, através de sua obra: “A Distinção – crítica social do julgamento”, defende que a busca pelo diploma, faz com que educação praticada na escola reproduza o estamento social vigente na comunidade e, para tanto, promove imposições de valores que garantem aos agentes a aptidão para adotar a disposição estética associada a uma origem social, ou seja, as práticas culturais distinguem aquilo que será reconhecido como gosto do legítimo burguês, da classe média ou popular. Segundo ele, as preferências manifestadas através das práticas de consumo é o produto dos condicionamentos associados a uma classe. Tais preferências têm o poder de unir todos aqueles que são o produto de condições objetivas parecidas, distinguindo-os, todavia, de todos aqueles que, estando fora do campo socialmente constituído das semelhanças, propagam diferenças inevitáveis. O gosto, segundo Bourdieu, é a aversão, é a intolerância às preferências dos outros.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Pierre Bourdieu, a família e a escola tomadas como mercados simbólicos, funcionam como espaços instituidores de competências necessárias aos agentes para atuarem nos diferentes campos. Desse modo, aquela classe detentora de um elevado capital escolar e cultural, opõe-se a todas as classes desprovidas desses capitais. Assim, a reprodução feita através da imposição de valores, virtudes e competências, serve para legitimar “habitus” distintos e desiguais, fortalecendo a hierarquia do culturalmente aceito ou execrável:

A adaptação a uma posição implica uma forma de aceitação da dominação. Os efeitos da própria mobilização política têm dificuldade em contrabalançar completamente os efeitos da dependência inevitável da autoestima em relação aos sinais de valor social, tais como o estatuto profissional e o salário, antecipadamente legitimados pelas sanções do mercado escolar. Seria fácil enumerar os traços do estilo de vida das classes dominantes que, através do sentimento da incompetência, fracasso ou indignidade cultural, contêm uma forma de reconhecimento dos valores dominantes[...] (BOURDIEU, 2013, p.360)

Na obra referida, BOURDIEU considera que a posição socialmente ocupada pelos agentes detentores de um poder específico em um campo particular de existência depende, antes de qualquer coisa, dos capitais objetivados nas práticas distinguidos em capitais econômicos, sociais e culturais e a forma que são incorporados determinam as classes sociais e, conseqüentemente, constituem as práticas que classificam as distinções.

Nessa visão ao diploma escolar é reservado um elevado poder simbólico transformando a escola em uma das instâncias da manutenção da ordem social, já que para sua obtenção a escola fixa as disposições dominantes.

Em contraponto, Paulo Freire, educador brasileiro de reconhecimento internacional, através de sua obra “Pedagogia do oprimido”, aponta a possibilidade da educação como libertadora.

Vale ressaltar que FREIRE reconhece que a educação como se apresenta é reprodutora do estamento social:

Há algo, porém, a considerar nesta descoberta, que está diretamente ligado à pedagogia libertadora. É que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta existencial, em que se “formam”. (FREIRE, 2005, p.34)

[...] Há, por outro lado, em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isto se verifica, sobretudo, nos oprimidos de “classe média”, cujo anseio é serem iguais ao “homem ilustre”, da chamada classe “superior”. (FREIRE, 2005, p. 60)

Contudo, aponta a educação participativa, com diálogo e valorização dos saberes pré-existentes, como caminho da libertação:

O que parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 2005, p.46)

[...] A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem-intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é

autolibertação – ninguém se liberta sozinho-, também não é libertação de uns feita por outros. (FREIRE, 2005, p.77)

Das referências citadas, tem-se o entendimento que as expectativas e anseios são fomentados pela realidade social em que o indivíduo se situa. Células familiares ou instituições inspiradoras podem criar “divergentes”, contudo, o sistema só pode gerar o próprio sistema, ou seja, o ensino formal público como se apresenta não estaria apto a mudar a sociedade.

Para que se inicie a pátria educadora, há necessidade de primeiro constituir a pátria, ou seja, o Estado deve se comprometer com o povo brasileiro e não atuar como mero representante do poder externo. Este comprometimento passa pela educação propiciada ao povo. O Estado deve levar seu lema a sério e de fato tratar a educação como a prioridade das prioridades, para tanto investindo massivamente nas escolas e nos salários dos professores, sem esperar retorno em um único governo, já que todo processo histórico demanda um lapso temporal bem maior.

Melhores salários não só motivam o profissional, mas também conferem a ele um maior “status” e conseqüente melhora a autoestima e comprometimento com a função. Em um segundo momento, permitirá uma melhor seleção de profissionais já que tornará a carreira interessante financeiramente e não apenas um sacerdócio. A melhoria das instalações físicas das escolas permite melhor acolhimento dos alunos e otimiza o aprendizado e o desenvolvimento.

Por sua vez, os pais e os alunos objetivarão a educação propiciada, vez que terão a percepção de utilidade para o futuro e não somente uma obrigação legal e do mercado. A educação bem feita, desenvolve o poder de análise do aluno, refletindo positivamente no ambiente em que se situa, gerando um novo ciclo, agora positivo.

Como aponta FREIRE, a educação baseada na ação-reflexão é um dos fatores que permitirá que o próprio povo se liberte e conseqüentemente desenvolva sua cultura e sentimentos.

Nesse contexto, também, a grande importância da valorização das outras formas de educação, como a não formal e a informal.

Conceituando de forma singela, a educação não formal é aquela educação organizada, sistematizada e promovida fora do sistema formal, para promover selecionados tipos de ensino e para públicos determinados. Já a educação informal é toda instrução não organizada ou sistemática, ou seja, é aquela que se dá a todo momento, sem um local específico ou um objetivo pré-determinado. É a educação promovida pela família ou a educação corriqueira.

Há de se valorizar tais formas de ensino. Em razão da menor complexidade dos sistemas e da proximidade entre os agentes envolvidos, possuem o condão de resgatar os saberes da coletividade em que estão inseridos, e, apesar de não promoverem o cobiçado “diploma”, permitem, com mais facilidade, a individualização do ensino com foco na aprendizagem. Claro que na concepção pós-moderna, também a escola formal deve ter foco na aprendizagem do aluno, contudo, esta situação é distante da realidade atual e sua devida implementação passa por um processo sócio-político de difícil consenso em razão das diversidades de interesses.

É do senso comum que “educação vem de berço”. Famílias desestruturadas, com pouca ou nenhuma harmonia, sem valores e objetivos comuns, dificultam o processo de humanização que a criança se apropria desde o nascimento.

O fortalecimento do núcleo familiar, com intervenção mínima do Estado e reconhecimento de seus novos arranjos; a cultura da paternidade responsável e a valorização social do papel dos pais através de campanhas de incentivo, seriam opções para que a educação informal apresentasse melhor qualidade.

Outro exemplo, seria a escola formal trazer para dentro de sua estrutura as entidades locais que promovem educação não formal, complementando aquela já promovida pela escola, porém com mais foco na comunidade em que se insere, valorizando a cultura e os saberes locais. A verdadeira aprendizagem ocorre quando há envolvimento e a proximidade da comunidade desperta interesse, paixão e motivação. O Brasil é enorme e desta forma tem especificidades diversas e como cada comunidade tem suas características próprias, não há o motivo para a educação ser única.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pátria brasileira ainda precisa ser construída. O povo brasileiro tem sua etnia própria e o Estado é estruturado, porém, falta sentimento ao povo brasileiro em relação ao seu país. Pela revisão bibliográfica apresentada é compreensível essa falta de ligação sentimental e cultural, já que a gestação do povo brasileiro não fluiu naturalmente, sendo fruto de conturbadas intervenções e ainda sofre com o descaso das classes dirigentes que se limitam a representar o poder imperialista do mercado, sem comprometimento com o destino da população.

O desenvolvimento tecnológico experimentado de forma mais intensa recentemente, trouxe dificuldades ao povo brasileiro, posto que despreparado para absorve-lo em razão de uma educação deficitária, porém, é possível ver esse desenvolvimento como uma oportunidade que traz novas e boas expectativas para o futuro, já que permite maior integração dos conhecimentos produzidos pelos demais povos.

A ideia de tratar a educação como a “prioridade das prioridades”, se não passar de mero discurso político, é totalmente pertinente com o momento em que o Brasil está passando. Ninguém deixa de receber educação, seja ela qual for, já que a humanização passa pela assimilação de conhecimentos apresentados de uma maneira informal, não formal ou formal. Se a educação pode reproduzir o estamento social vigente, ela também pode permitir a libertação do povo.

Mas a educação não está à margem do que ocorre na sociedade e sim no mesmo contexto. Assim, como o neoliberalismo é uma nova forma de pensar o mundo, outras formas surgirão, já que o mundo sempre esteve em movimento e o processo histórico indica que a mudança, apesar de lenta, sempre ocorre. Se ontem a educação brasileira sofreu a influência do colonialismo europeu, hoje sofre a influência do imperialismo do mercado e amanhã sofrerá a influência da ordem que estiver vigente, porém, ao mesmo tempo que é influenciada, a educação propicia o surgimento de novas idéias que serão a base de todas as mudanças da sociedade, num ciclo constante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184, jan./abr. 2008.

BOMENY, Helena. O Brasil de JK>Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Disponível em:< { HYPERLINK }>. Acesso em 29 jul. 2015.

BORGES, Valdir. Resenha – pedagogia do oprimido. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.31, p. 211-213. SET.2008 – ISSN: 1676-2584.

BOURDIEU, Pierre. A distinção – crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no congresso. Disponível em:
<www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013 -INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DALPRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF -NO-CONGRESSO.html>. Acesso em 29 jul. 2015.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <{ HYPERLINK "http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm" }>. Acesso em 29 jul. 2015.

FOREQUE, Flávia. Brasil é o 8º. país com mais adultos analfabetos, aponta UNESCO. Disponível em < { HYPERLINK }>. Acesso em 29 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 48. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

G1 São Paulo. Analfabetismo volta a diminuir após estacionar no ano anterior, diz Pnad. Disponível em:< { HYPERLINK }>. Acesso em 29 jul. 2015.

MARTINS, Andréia. Darcy Ribeiro e “O Povo Brasileiro”: obra ainda é chave para entender a formação étnica e cultural do Brasil. Disponível em: { HYPERLINK "http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/darcy%20ribeiro-e-o-povo-brasileiro-obra-ainda-e-chave-para-entender-a-%20formacao-%20etnica-e-cultural-do-brasil.htm" }. Acesso em 29 jul. 2015.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. S.Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

WIKIPEDIA. Brasil. Disponível em < { HYPERLINK "https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil" }>. Acesso em 29 jul. 2015.

